

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

## DESPACHO

Processo nº 59400.000869/2024-70

Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

À DI,

À DA/DL (de ordem),

Considerando o Despacho DA/DL (SEI nº 1795631), a seguir apresentamos nossa manifestação técnica em relação aos questionamentos:

### **SEI\_DNOCS - 1794706 - Pedido de Impugnação ao Edital nº**

**01**

#### 5. CONCLUSÃO

##### II. DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

A impugnação refere-se às exigências técnicas para os itens 1 (Escavadeira Hidráulica - CLG915E) e 11 (Retroescavadeira - CLG766A), que contêm especificações desnecessárias e desproporcionais, comprometendo o caráter competitivo do certame e violando os princípios da economicidade e ampla competitividade.

##### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

###### 1. Especificações Técnicas da Escavadeira Hidráulica (Item 1)

O edital exige que o equipamento seja dotado de: Transmissão Hidrostática ou Servo-Transmissão Eletrônica, Direta ou Powershift

Entretanto, escavadeiras hidráulicas, por sua natureza operacional, não possuem transmissão conforme especificado. Trata-se de uma exigência inadequada, desprovida de justificativa técnica, e que afasta modelos amplamente utilizados no mercado.

Norma Aplicável:

A ISO 6746-1:2003, que regula máquinas de movimentação de terra, não contempla o requisito de transmissão eletrônica para escavadeiras, pois este componente não faz parte da configuração técnica típica destes equipamentos.

Impacto na Competitividade:

Ao restringir equipamentos que operam conforme normas internacionais, a Administração viola o princípio da ampla competitividade, previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021. Essa exigência, além de desnecessária, favorece determinados fabricantes, prejudicando a busca pela proposta mais vantajosa.

###### 2. Capacidade de Levantamento Frontal da Retroescavadeira (Item 11)

O edital estabelece que a retroescavadeira deve ter capacidade mínima de levantamento frontal de 2.700 kg, enquanto o modelo CLG766A possui capacidade de 2.000 kg.

Inconsistência Técnica:

A capacidade de levantamento frontal está diretamente relacionada ao peso operacional do equipamento. Retroescavadeiras com menor capacidade atendem à maioria das operações previstas para equipamentos deste tipo, especialmente em contextos agrícolas e de infraestrutura leve, sem prejuízo à funcionalidade.

Precedente Jurídico:

O Acórdão nº 2.306/2020 do TCU determina que as especificações devem ser proporcionais e justificáveis, de forma que restrições técnicas excessivas sejam evitadas para preservar a competitividade.

Alternativa Técnica Viável:

A especificação de capacidade de 2.000 kg é amplamente utilizada no mercado e plenamente adequada às operações do objeto licitado. A exigência de 2.700 kg restringe a concorrência sem justificativa técnica compatível.

#### IV. DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA ECONOMICIDADE

Os requisitos supracitados contrariam os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da economicidade, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, e nos artigos 3º e 5º da Lei nº 14.133/2021, ao restringir o universo de concorrentes capazes de atender ao certame.

Isonomia:

As exigências beneficiam fabricantes específicos e excluem competidores que oferecem equipamentos de qualidade comprovada e custo competitivo.

Economicidade:

A limitação da concorrência reduz a possibilidade de obter preços mais vantajosos, contrariando o interesse público.

#### V. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

A revisão das exigências técnicas do Item 1 (Escavadeira Hidráulica - CLG915E), excluindo-se o requisito de transmissão eletrônica, por ser inadequado e restritivo.

A redução da capacidade mínima de levantamento frontal para 2.000 kg no Item 11 (Retroescavadeira - CLG766A), compatibilizando o edital com as reais necessidades operacionais e ampliando a competitividade.

A suspensão da sessão pública, caso a análise desta impugnação não seja concluída antes da data prevista, conforme dispõe o artigo 164, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### Resposta do Pedido de Impugnação ao Edital nº 01:

A Controladoria Geral da União (CGU) realizou um trabalho de auditoria da licitação (ata de registro de preços) para aquisição de equipamentos onde foram realizadas novas cotações de mercado e foi elaborado um novo Termo de Referência.

### **SEI\_DNOCS - 1795624- Pedido de Impugnação ao Edital nº**

**02**

Por todo o exposto, a LICITANTE requer:

- a) Seja recebida e processada a presente impugnação, porquanto tempestiva e adequada;
- b) Seja concedido efeito suspensivo, com fulcro no artigo 24, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- c) Seja a resposta referente a presente impugnação enviada aos e-mails juridicoxcmg.licitacoes@gmail.com, stefania.fernandes@xcmgbrasil.com.br e ana.batista@xcmgbrasil.com.br, bem como toda e qualquer intimação a ser feita à XCMG Brasil, sob pena de nulidade;
- d) Seja dada procedência à presente impugnação para que seja esclarecida qual especificação técnica será utilizada para a habilitação das propostas que serão apresentadas neste processo licitatório, indicando a descrição que será considerada a correta para cada item (Cláusula 01 – Termo de Referência 39/2024 ou Anexo I.e – Especificações Técnicas), com a finalidade de evitar equívocos que possam comprometer a regularidade do certame e garantir a adequação das propostas;
- e) Seja esclarecido o motivo do presente certame não apresentar margem de preferência para produtos manufaturados nacionais, uma vez que o seu objetivo é aumentar o emprego, a renda e fortalecer a inovação e a indústria brasileira, como dito anteriormente;
- f) Alternativamente, na remota hipótese de se indeferir os pedidos adrede, requer seja suspensa a licitação para adequação do edital, suprimindo as ilegalidades ora questionadas com vistas a esclarecer a descrição técnica de cada produto de maneira clara e transparente, conforme orientação do Ministério Público, sob pena de se caracterizar direcionamento de instrumento licitatório por restrição excessiva;
- g) Seja encaminhada cópia da presente impugnação ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de

Contas da União para que tome conhecimento das irregularidades ora questionadas;  
h) Seja acatada a presente impugnação, julgando procedente todos os seus pedidos, sob pena de caracterizar direcionamento do certame.

### Resposta do Pedido de Impugnação ao Edital nº 02:

A Controladoria Geral da União (CGU) realizou um trabalho de auditoria da licitação (ata de registro de preços) para aquisição de equipamentos onde foram realizados novas cotações de mercado e foi elaborado um novo Termo de Referência.

item e) - Sobre o questionamento referente à margem de preferência para produtos manufaturados nacionais, esse questionamento deve ser analisado pela Equipe de Pregão do DNOCS

*[Assinado Eletronicamente]*

**Engº Civil JACKSON OLIVEIRA CARVALHO**  
**Chefe da Divisão de Obras (DOB)**



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Oliveira Carvalho, Chefe da Divisão de Obras**, em 26/03/2025, às 00:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1875150** e o código CRC **C2F36BAB**.